



Nota Técnica elaborada em
02/2017 pela CGAN/DAB/SAS.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO**

NOTA TÉCNICA Nº 37/2017-CGAN/DAB/SAS/MS

Em 15 de fevereiro de 2017.

ASS.: Divulgação dos resultados do acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família na 2ª vigência de 2016.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa federal de transferência direta de renda com condicionalidades, destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, no qual o recebimento do auxílio está vinculado ao cumprimento de compromissos assumidos pelas famílias e pelo poder público nas áreas de saúde, educação e assistência social.

As condicionalidades de saúde do PBF, compreendidas pelo acompanhamento da imunização, do crescimento e desenvolvimento de crianças menores de sete anos e da assistência ao pré-natal de gestantes e ao puerpério, visam garantir acesso ao direito à saúde às famílias inscritas no programa.

Tendo em vista a diretriz de equidade e os compromissos do Sistema Único de Saúde (SUS) na redução das desigualdades sociais e pobreza, e considerando a atenção básica à saúde como principal porta de entrada do cidadão aos serviços, o acompanhamento das condicionalidades de saúde insere-se no rol das atividades pactuadas, oportunizando o olhar para a condição de saúde da unidade familiar.

Esta nota apresenta os resultados do acompanhamento das condicionalidades de saúde das famílias inscritas no PBF, alcançados na 2ª vigência de 2016, compreendendo o período entre os meses de julho a dezembro.

ACOMPANHAMENTO

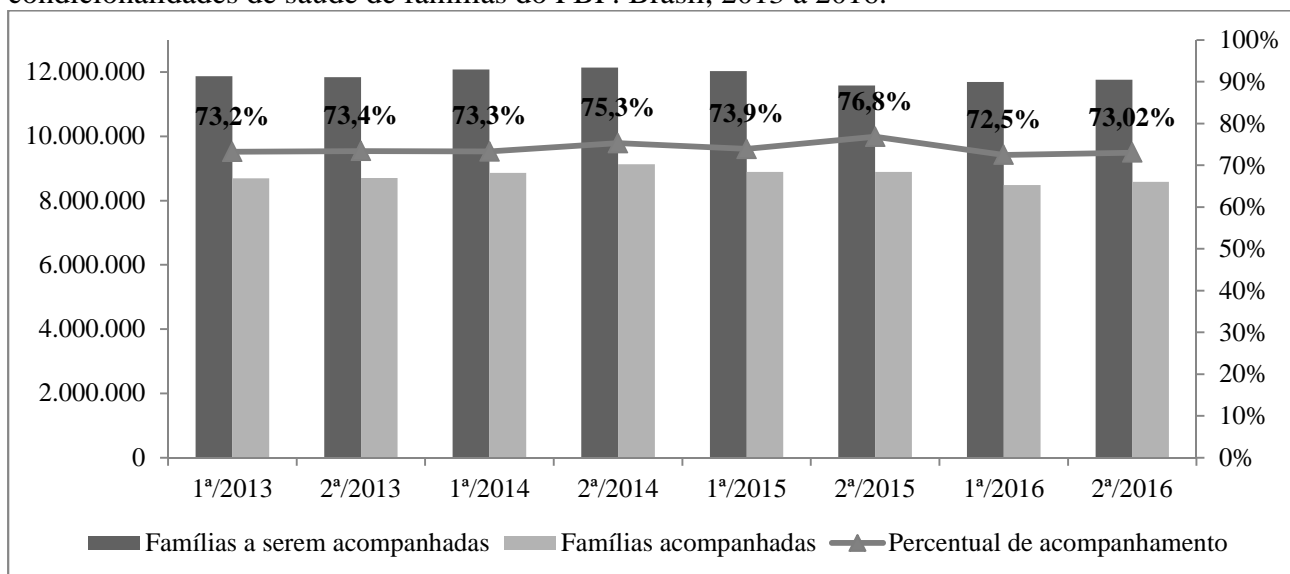
1- Acompanhamento geral das famílias inscritas no Programa Bolsa Família

O total de famílias a serem acompanhadas na 2ª vigência de 2016 foi de 11.761.008, das quais a saúde acompanhou 8.588.261 (73,02%), englobando 18.695.231 pessoas com acompanhamento individualizado, sendo 5.286.670 crianças menores de 7 anos e 13.408.561 mulheres, das quais 377.858 eram gestantes.

Ressalta-se que em virtude de problemas operacionais, os Mapas de Acompanhamento das famílias a serem acompanhadas na 2ª vigência de 2016 e as demais funcionalidades do Sistema de Gestão do PBF na Saúde (BFA) somente foram disponibilizados no dia 06 de setembro, e não no dia 01 de agosto de 2016, como pactuado com os municípios.

Apesar dessas dificuldades, comparando-se os resultados alcançados na 2ª vigência de 2016 com a 1ª vigência de 2016, observamos um aumento de 1,3% no desempenho do acompanhamento das condicionalidades de saúde (aumento de 107.962 famílias acompanhadas). Observa-se também um discreto aumento de 30.381 de crianças acompanhadas, ou seja, o percentual de cobertura de crianças na primeira vigência de 2016 foi de 69,8% e passou para 69,94% na segunda vigência de 2016. Destaca-se ainda um aumento no percentual e número de gestantes identificadas (76,7% na 1ª vigência de 2016 para 78,04% em na 2ª, aumento de 6.508 gestantes identificadas). O Gráfico 1 a seguir apresenta a evolução percentual do acompanhamento das famílias inscritas no programa.

Gráfico 1. Número de famílias acompanhadas e percentual de acompanhamento das condicionalidades de saúde de famílias do PBF. Brasil, 2013 a 2016.



Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

No rol dos indicadores do Pacto pela Saúde (SISPACTO), na prioridade ‘Fortalecimento da Atenção Básica’, foi estabelecido o objetivo de melhorar o acompanhamento das condicionalidades da saúde do Programa Bolsa Família. Para o indicador construído com este objetivo - Percentual de famílias com perfil saúde beneficiárias do PBF acompanhadas pela Atenção Básica - o Governo Federal pactuou uma meta nacional de 73% de acompanhamento. Em relação ao desempenho estadual, seis estados atingiram as respectivas metas regionalizadas e pactuadas no Pacto pela Saúde: Amapá (53,5%); Tocantins (74,9%); Ceará (82,5%); Pernambuco (75,0%); Santa Catarina (75,5%) e Mato Grosso (65,5%), conforme demonstrado na Tabela 1.

Em 2012, o Ministério da Saúde iniciou o processo de trabalho para a transição do SISPACTO para o Contrato Organizativo da Ação Pública na Saúde – COAP, no qual os entes signatários compartilham o compromisso de organizar as ações e os serviços de saúde na Região de Saúde, considerando as autonomias federativas, com vistas a garantir a integralidade da assistência à saúde. Nesse processo de transição, com intuito de promover a constante melhoria das ações de saúde relativas ao Programa Bolsa Família, permaneceu o indicador “Percentual de famílias com perfil saúde beneficiárias do PBF acompanhadas pela Atenção Básica”. No processo de pactuação deste indicador no COAP, manteve-se a meta de 73% para 2015. Até o presente momento, apenas os Estados do Ceará e Mato Grosso do Sul pactuaram o COAP.

Em relação aos estados brasileiros, 13 apresentaram percentuais de acompanhamento superior à média nacional (73,02%), com especial destaque para: Ceará (82,5%), Paraná (78,9%), Minas Gerais (78,7%), Paraíba (78,6%), Bahia (77,3%) e Piauí (77,0%), conforme tabela 1. Ao comparar o desempenho na 2ª vigência de 2016 com a 1ª vigência de 2016, destaca-se o Estado de Alagoas que apresentou o maior crescimento no período (4,3 pontos percentuais).

Ao analisar os dados regionalizados, destaca-se a Região Norte com o aumento de 59.886 famílias acompanhadas, representando aumento de 2,7 pontos percentuais, seguidos das regiões Nordeste e Sul com aumento na cobertura de famílias acompanhadas. Em contrapartida, as regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram decréscimo tanto no número de famílias acompanhadas quanto no percentual de cobertura em relação ao período anterior (Tabela 1).

Tabela 1. Acompanhamento das condicionalidades de saúde de famílias beneficiárias do PBF por unidade federativa. Brasil, 2017.

UF/Região	1ª vigência de 2016			2ª vigência de 2016			Variação no número de famílias acompanhadas	Variação no percentual de acompanhamento	Meta pactuada para 2015 - SISPACTO
	Famílias a serem Acompanhadas	Famílias Acompanhadas	Percentual de Acompanhamento	Famílias a serem Acompanhadas	Famílias Acompanhadas	Percentual de Acompanhamento			
Acre	74.044	45.907	62,0	75.873	46.966	61,9	1.059	-0,1	72%
Amapá	54.101	27.321	50,5	55.806	29.846	53,5	2.525	3,0	52%
Amazonas	325.211	232.171	71,4	335.636	251.172	74,8	19.001	3,4	81%
Pará	790.877	547.419	69,2	808.253	587.419	72,7	40.000	3,5	82%
Rondônia	86.981	44.329	51,0	83.934	46.238	55,1	1.909	4,1	70%
Roraima	40.365	25.711	63,7	41.332	23.360	56,5	-2.351	-7,2	78%
Tocantins	119.112	91.055	76,4	118.508	88.798	74,9	-2.257	-1,5	73%
Região Norte	1.490.691	1.013.913	68,0	1.519.342	1.073.799	70,7	59.886	2,7	
Alagoas	340.826	234.968	68,9	344.336	252.148	73,2	17.180	4,3	79%
Bahia	1.489.965	1.137.722	76,4	1.528.429	1.181.680	77,3	43.958	0,9	79%
Ceará	932.711	744.112	79,8	928.937	766.303	82,5	22.191	2,7	80%
Maranhão	832.670	627.384	75,3	844.731	646.827	76,6	19.443	1,3	83%
Paraíba	432.932	338.142	78,1	442.078	347.418	78,6	9.276	0,5	80%
Pernambuco	927.560	694.493	74,9	945.208	709.206	75,0	14.713	0,1	74%
Piauí	358.668	262.466	73,2	371.332	286.109	77,0	23.643	3,8	80%
Rio Grande do Norte	297.404	220.057	74,0	297.238	218.787	73,6	-1.270	-0,4	80%
Sergipe	227.831	172.322	75,6	229.247	164.361	71,7	-7.961	-3,9	78%
Região Nordeste	5.840.566	4.431.666	75,9	5.931.536	4.572.839	77,1	141.173	1,2	
Espirito Santo	158.554	104.166	65,7	153.098	100.225	65,5	-3.941	-0,2	75%
Minas Gerais	957.929	761.320	79,5	942.109	741.708	78,7	-19.612	-0,8	81%
Rio de Janeiro	671.980	411.889	61,3	664.840	408.202	61,4	-3.687	0,1	62%
São Paulo	1.169.436	779.789	66,7	1.164.753	744.753	63,9	-35.036	-2,8	68%
Região Sudeste	2.957.899	2.057.164	69,5	2.924.800	1.994.888	68,2	-62.276	-1,3	
Paraná	340.665	269.119	79,0	337.113	266.136	78,9	-2.983	-0,1	82%
Rio Grande do Sul	331.883	204.980	61,8	324.805	205.750	63,3	770	1,5	69%
Santa Catarina	112.176	86.215	76,9	109.284	82.508	75,5	-3.707	-1,4	73%
Região Sul	784.724	560.314	71,4	771.202	554.394	71,9	-5.920	0,5	
Distrito Federal	69.626	33.133	47,6	66.609	22.586	33,9	-10.547	-13,7	45%
Goiás	278.465	196.756	70,7	278.336	193.399	69,5	-3.357	-1,2	75%
Mato Grosso	152.064	104.031	68,4	148.297	97.081	65,5	-6.950	-2,9	65%
Mato Grosso do Sul	122.479	83.322	68,0	120.886	79.275	65,6	-4.047	-2,4	73%
Região Centro-Oeste	622.634	417.242	67,0	614.128	392.341	63,9	-24.901	-3,1	
Brasil	11.696.515	8.480.299	72,5	11.761.008	8.588.261	73,0	107.962	0,5	73%

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Considerando que, historicamente, as capitais e/ou os municípios com maior número de famílias para acompanhamento apresentam peculiaridades na gestão da atenção básica e do PBF na Saúde (dificuldade de busca ativa das famílias em situação de pobreza, dificuldade na territorialização, entre outros) tem-se realizado o monitoramento sistemático dos dados de acompanhamento desses municípios.

Observa-se que, na 2ª vigência de 2016, as capitais e/ou os municípios com maior número de famílias a serem acompanhadas, apresentaram cobertura de 64,79% das famílias totalmente acompanhadas pela saúde, o que representa um aumento de 4,92 pontos percentuais, ou seja, 29.667 famílias acompanhadas a mais que o período anterior (Tabela 2).

Tabela 2. Acompanhamento das condicionalidades de saúde de famílias beneficiárias do PBF nas capitais e nos municípios com maior número de famílias para acompanhamento na 2ª vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF	Município	1ª vigência de 2016			2ª vigência de 2016			Variação no número de famílias acompanhadas	Variação percentual
		Famílias a serem Acompanhadas	Famílias Acompanhadas	Percentual de Acompanhamento	Famílias a serem Acompanhadas	Famílias Acompanhadas	Percentual de Acompanhamento		
AC	Rio Branco	22.680	11.291	49,78	22.146	10.329	46,64	-962	-3,14
AL	Maceió	47.580	5.251	11,04	47.233	19.397	41,07	14.146	30,03
AM	Manaus	116.361	60.021	51,58	115.877	69.187	59,71	9.166	8,13
AP	Macapá	25.349	8.829	34,83	25.358	11.691	46,10	2.862	11,27
BA	Salvador	152.392	101.905	66,87	165.964	126.053	75,95	24.148	9,08
CE	Fortaleza	165.536	84.829	51,25	167.640	120.323	71,77	35.494	20,52
DF	Brasília	69.626	33.133	47,59	66.609	22.586	33,91	-10.547	-13,68
ES	Vitória	10.169	8.027	78,94	10.003	8.863	88,60	836	9,66
GO	Goiânia*	22.481	10.488	46,65	22.145	11.275	50,91	787	4,26
MA	São Luís	70.462	22.250	31,58	68.879	24.664	35,81	2.414	4,23
MG	Belo Horizonte	60.155	54.205	90,11	55.240	49.888	90,31	-4.317	0,20
MS	Campo Grande*	27.817	24.201	87,00	27.547	22.046	80,03	-2.155	-6,97
MT	Cuiabá	19.578	9.355	47,78	17.617	7.418	42,11	-1.937	-5,67
PA	Belém	92.921	17.229	18,54	93.615	32.736	34,97	15.507	16,43
PB	João Pessoa	51.984	43.794	84,25	52.512	43.170	82,21	-624	-2,04
PE	Jaboatão dos Guararapes	50.678	17.949	35,42	50.146	19.143	38,17	1.194	2,75
PE	Recife	83.314	29.995	36,00	78.631	33.279	42,32	3.284	6,32
PI	Teresina	52.843	22.699	42,96	51.946	24.760	47,66	2.061	4,70
PR	Curitiba*	29.239	23.339	79,82	30.471	24.914	81,76	1.575	1,94
RJ	Duque de Caxias	47.046	17.694	37,61	44.308	16.200	36,56	-1.494	-1,05

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

* Municípios com sistema próprio.

Cont. Tabela 2. Acompanhamento das condicionalidades de saúde de famílias beneficiárias do PBF nas capitais e nos municípios com maior número de famílias para acompanhamento na 2ª vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF	Município	1ª vigência de 2016			2ª vigência de 2016			Variação no número de famílias acompanhadas	Variação percentual
		Famílias a serem Acompanhadas	Famílias Acompanhadas	Percentual de Acompanhamento	Famílias a serem Acompanhadas	Famílias Acompanhadas	Percentual de Acompanhamento		
RJ	Nova Iguaçu	41.889	16.228	38,74	39.810	14.117	35,46	-2.111	-3,28
RJ	Rio de Janeiro*	197.510	165.518	83,80	194.176	161.162	83,00	-4.356	-0,80
RJ	São Gonçalo	47.702	22.223	46,59	47.543	21.513	45,25	-710	-1,34
RN	Natal	39.181	13.700	34,97	38.201	14.215	37,21	515	2,24
RO	Porto Velho	20.508	6.056	29,53	20.458	7.427	36,30	1.371	6,77
RR	Boa Vista	19.745	10.632	53,85	20.227	7.994	39,52	-2.638	-14,33
RS	Porto Alegre	40.051	20.151	50,31	40.900	20.902	51,11	751	0,80
SC	Florianópolis*	5.161	5.067	98,18	5.108	5.015	98,18	-52	0,00
SE	Aracaju	30.815	17.099	55,49	28.715	16.212	56,46	-887	0,97
SP	Guarulhos	39.941	17.053	42,70	38.833	16.198	41,71	-855	-0,99
SP	São Paulo*	352.417	283.290	80,38	339.844	235.396	69,27	-47.894	-11,11
TO	Palmas	10.748	7.146	66,49	10.304	6.190	60,07	-956	-6,42
Total		1.836.623	1.099.500	59,86	1.742.823	1.129.167	64,79	29.667	4,92

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

* Municípios com sistema próprio.

Com relação ao número de municípios com cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde inferior a 30% na 2ª vigência de 2016, foi observado que 36 municípios encontravam-se nesta situação e por esse motivo, não receberão o recurso do Índice de Gestão Descentralizado (IGD-M) entre os meses de janeiro e julho de 2017 (Tabela 3).

Tabela 3. Acompanhamento das condicionalidades de saúde de famílias beneficiárias do PBF nos municípios com cobertura abaixo de 30%, na 2ª vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF	Município	Famílias a serem Acompanhadas	Famílias Acompanhadas	Percentual de Acompanhamento
AL	Porto Real do Colégio	2.789	46	1,65
BA	Luis Eduardo Magalhaes	4.273	1.202	28,13
BA	Mascote	1.727	397	22,99
MA	Bacuri	2.232	56	2,51
MG	Chácara	193	36	18,65
MG	Liberdade	365	4	1,1
MG	Pequeri	88	0	0
MG	Pocrane	870	12	1,38

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

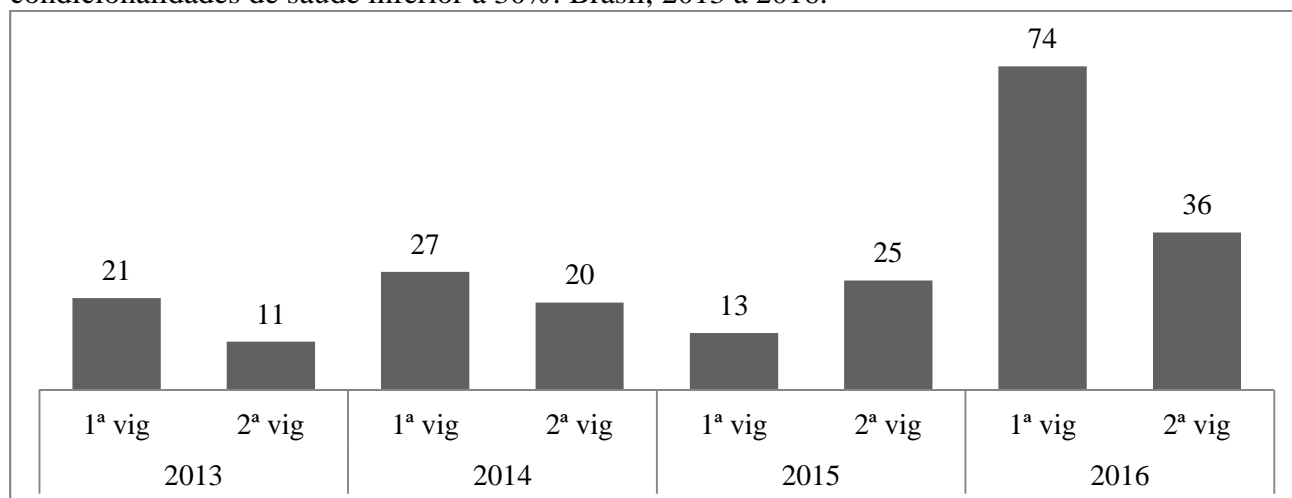
Cont. Tabela 3. Acompanhamento das condicionalidades de saúde de famílias beneficiárias do PBF nos municípios com cobertura abaixo de 30%, na 2ª vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF	Município	Famílias a serem Acompanhadas	Famílias Acompanhadas	Percentual de Acompanhamento
MG	Sao Joao Evangelista	1.515	29	1,91
MG	Varjão de Minas	250	45	18
MG	Vespasiano	3.383	858	25,36
MS	Angelica	510	43	8,43
MS	Corguinho	191	9	4,71
MS	Nova Alvorada do Sul	744	195	26,21
MS	Selvira	251	27	10,76
PA	Portel	7.197	2.137	29,69
PB	Brejo dos santos	987	238	24,11
PI	Campo Alegre do Fidalgo	820	27	3,29
PR	Brasilândia do Sul	137	11	8,03
PR	Morretes	1.086	265	24,4
PR	Sarandi	1.309	242	18,49
PR	Tupassi	255	11	4,31
RJ	Sao Joao de Meriti	16.521	3.209	19,42
RN	Parnamirim	10.351	1.211	11,7
SP	Aracoiaba da Serra	539	115	21,34
SP	Bertioga	1.826	242	13,25
SP	Carapicuíba	12.248	2.764	22,57
SP	Guararema	1.186	300	25,3
SP	Irapuru	250	31	12,4
SP	Itapevi	7.330	2.155	29,4
SP	Itatiba	1.232	360	29,22
SP	Rio das Pedras	454	87	19,16
SP	Rio Grande da Serra	1.681	453	26,95
SP	Santa Albertina	117	32	27,35
SP	Santana da Ponte Pensa	28	4	14,29
SP	Tatui	2.804	668	23,82

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

O Gráfico 2 mostra que houve uma diminuição de 38 municípios com cobertura da Taxa de Acompanhamento na Saúde (TAS) abaixo do necessário para a garantia do repasse no recurso do IGD-M comparativamente à 1ª vigência de 2016 – 30% de acompanhamento.

Gráfico 2. Evolução do número de municípios com cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde inferior a 30%. Brasil, 2013 a 2016.



Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

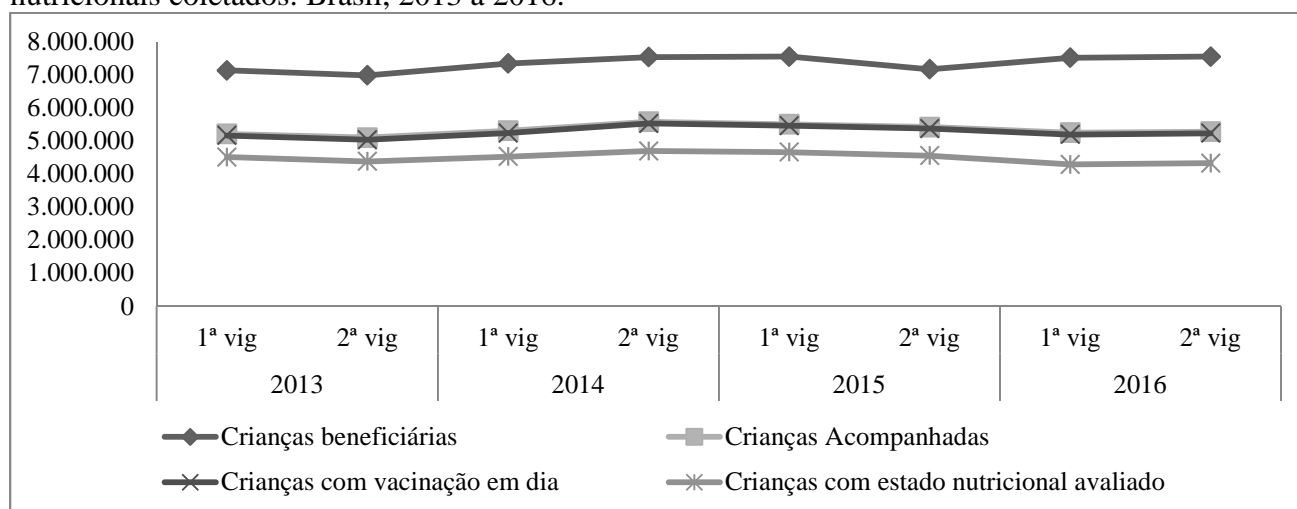
Destaca-se, a continuidade do processo de integração da base de dados do e-SUS Atenção Básica com o Sistema de Gestão do PBF na Saúde. Ao final da 2ª vigência de 2016 foram integrados 161.078 registros de acompanhamento, sendo 105.472 a mais que o registrado na 1ª vigência de 2016. Estes dados correspondem ao acompanhamento pela Atenção Básica de 113.950 famílias (1,32% do total de famílias acompanhadas), 8.118 gestantes (2,14% do total de gestantes identificadas) e 16.618 crianças (0,31% do total de crianças acompanhadas).

O e-SUS é uma estratégia para reestruturação das informações da Atenção Básica em nível nacional, com vistas à ampliação da qualidade no atendimento à população por meio da qualificação da gestão da informação. Com o início do processo de integração, os municípios deverão passar a monitorar, no Sistema de Gestão do PBF na Saúde, a migração dos registros de acompanhamento das condicionalidades de saúde informados no e-SUS AB e, se necessário, realizar de forma complementar o registro dos dados via Sistema de Gestão do PBF na Saúde.

2 – Acompanhamento de crianças inscritas no Programa Bolsa Família

Em relação ao acompanhamento infantil, na 2ª vigência de 2016, 5.286.670 crianças foram acompanhadas, de um total de 7.558.664 a serem acompanhadas (69,94%), dessas 99,06% estavam com o calendário vacinal em dia e 81,93% tiveram dados nutricionais coletados (Gráfico 3).

Gráfico 3. Número de crianças do PBF acompanhadas, com vacinação em dia e com dados nutricionais coletados. Brasil, 2013 a 2016.



Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Apesar do baixo percentual de descumprimento de vacinação, observa-se um número expressivo de crianças em situação de pobreza com calendário de vacinação desatualizado, cerca de 49.523 crianças, o que corresponde a 0,94% de descumprimento. Tal resultado ilustra uma situação de risco e susceptibilidade em saúde pública e iniquidade social grave considerando que a vacinação uma ação de excelência na atenção básica do SUS. Ademais, analisando-se os dados municipais de descumprimento de vacinação em crianças, observa-se disparidade em determinados municípios. A tabela a seguir traz o ordenamento dos municípios com maior percentual de descumprimento em situação vacinal de crianças inscritas no PBF.

Tabela 4. Lista de municípios com maior percentual de descumprimento em situação vacinal de crianças inscritas no PBF, na 2ª vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF	Município	Qde de crianças acompanhadas	Qde de crianças com caderneta de vacinação atualizada	Qde de crianças com caderneta de vacinação DESATUALIZADA	% de crianças acompanhadas com caderneta de vacinação DESATUALIZADA
AC	Epitaciolândia	469	349	120	25,59
AL	Marechal Deodoro	3.398	3.032	366	10,77
AP	Macapa	9.322	8.218	1.104	11,84
BA	Jaguarari	1.735	1.158	577	33,26
CE	Uruburetama	1.799	1.449	350	19,46
GO	Campo limpo de goias	316	273	43	13,61
GO	Damianopolis	199	177	22	11,06
GO	Ipiranga de Goias	80	63	17	21,25
GO	Valparaiso de Goias	3.548	1.841	1.707	48,11
MA	Açailândia	5.876	3.926	1.950	33,19
MA	Cururupu	2.424	2.098	326	13,45

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Cont. Tabela 4. Lista de municípios com maior percentual de descumprimento em situação vacinal de crianças inscritas no PBF, na 2ª vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF	Município	Qde de crianças acompanhadas	Qde de crianças com caderneta de vacinação atualizada	Qde de crianças com caderneta de vacinação DESATUALIZADA	% de crianças acompanhadas com caderneta de vacinação DESATUALIZADA
MG	Claro dos Pocos	417	369	48	11,51
MG	Divinópolis	1.202	1.050	152	12,65
MG	Papagaios	617	552	65	10,53
MG	Pequeri	0	0	71	100,00
MS	Corguinho	0	0	133	100,00
MT	Santa Cruz do Xingu	72	60	12	16,67
MT	Vila Rica	277	249	28	10,11
PA	Juruti	3.976	3.485	491	12,35
PA	Marabá	3.959	3.501	458	11,57
PA	Monte Alegre	4.243	3.779	464	10,94
PA	Novo Repartimento	3.825	2.473	1.352	35,35
PA	Santarem	18.782	14.474	4.308	22,94
PA	São Sebastião da Boa Vista	3.145	2.628	517	16,44
PB	Riachão do Poço	161	141	20	12,42
PB	Rio Tinto	1.494	1.252	242	16,20
PE	Belém de São Francisco	1.909	1.646	263	13,78
PE	Buenos Aires	1.234	1.051	183	14,83
PE	Itamaracá	1.133	999	134	11,83
PE	Serra Talhada	4.393	3.667	726	16,53
PI	Tamboril do Piauí	225	198	27	12,00
PR	Diamante do Sul	80	69	11	13,75
PR	Manfrinópolis	98	85	13	13,27
PR	Pien	272	231	41	15,07
PR	Rolândia	800	563	237	29,63
PR	Santa Terezinha de Itaipu	457	311	146	31,95
PR	Santo Inácio	39	14	25	64,10
RN	Ceará-mirim	3.459	3.008	451	13,04
RS	Anta Gorda	30	25	5	16,67
RS	Candelária	809	712	97	11,99
RS	Capão Bonito do Sul	33	29	4	12,12
RS	Chuívisca	148	127	21	14,19
RS	Dois Irmãos	80	68	12	15,00
RS	Harmonia	17	15	2	11,76
SC	Balneário Rincão	217	195	22	10,14
SC	Cunhataí	7	6	1	14,29
SC	Rancho Queimado	23	20	3	13,04
SC	São Pedro de Alcântara	10	7	3	30,00
SP	Cândido Rodrigues	29	26	3	10,34
SP	Itapetininga	1.817	1.629	188	10,35

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Cont. Tabela 4. Lista de municípios com maior percentual de descumprimento em situação vacinal de crianças inscritas no PBF, na 2ª vigência de 2016. Brasil, 2017.

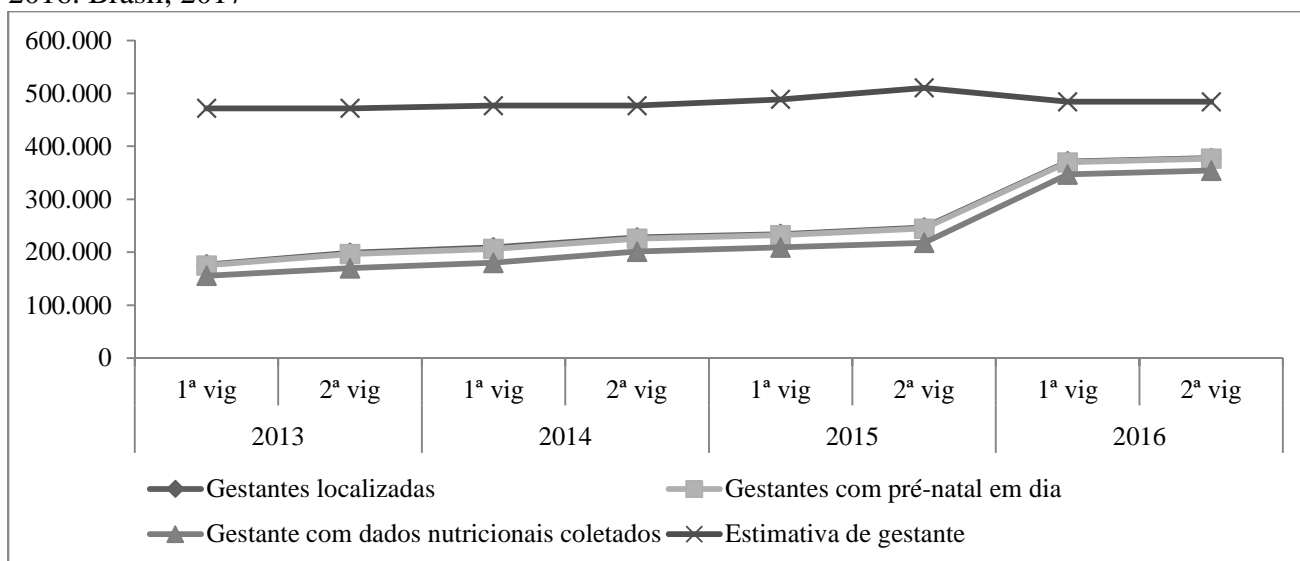
UF	Município	Qde de crianças acompanhadas	Qde de crianças com caderneta de vacinação atualizada	Qde de crianças com caderneta de vacinação DESATUALIZADA	% de crianças acompanhadas com caderneta de vacinação DESATUALIZADA
SP	Lucélia	545	404	141	25,87
SP	Lutecia	78	70	8	10,26
SP	Santana da Ponte Pensa	0	0	15	100,00
TO	Araguatins	1.911	1.559	352	18,42
TO	Natividade	467	399	68	14,56

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

3 – Acompanhamento de gestantes inscritas no Programa Bolsa Família

Em relação ao acompanhamento das condicionalidades de gestantes, na 2ª vigência de 2016 foram localizadas 377.858 gestantes, representando 78,04% do número estimado de gestantes no Brasil para o ano de 2016 (484.182). Dentre as gestantes localizadas, 99,70% estavam com o pré-natal em dia e 93,72% tiveram dados nutricionais coletados.

Gráfico 04. Número de gestantes do PBF acompanhadas e com pré-natal em dia. Brasil, 2013 a 2016. Brasil, 2017



Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Em abril de 2016, ocorreu a integração do Sispre natal com o Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde. O Sispre natal é um sistema desenvolvido pelo Ministério da Saúde para acompanhamento adequado das gestantes inseridas no Programa de Humanização do Parto e Nascimento do SUS, e apresenta o elenco mínimo de procedimentos para uma assistência ao pré-natal adequado, ampliando esforços no sentido de reduzir as altas taxas de morbimortalidade materna, perinatal e neonatal.

Na 2ª vigência de 2016, 5.325 municípios apresentaram dados de gestantes beneficiárias do PBF no Sisprenatal, mostrando-se a integração entre os sistemas como uma excelente estratégia para a melhoria na cobertura do acompanhamento de gestantes, bem como para a captação precoce da gestação, para posterior concessão do Benefício Variável à Gestante (BVG).

Tabela 5. Número e percentual de gestantes com registros incorporados ao Sistema de Gestão do PBF na Saúde pelo Sisprenatal, por unidade federativa, na 2ª vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF	Nº de gestantes localizadas	Nº gestantes Importadas do Sisprenatal	Percentual de gestantes localizadas no Sisprenatal	Nº gestantes Importadas do Sisprenatal com Pré-natal em Dia	Nº gestantes importadas do Sisprenatal com dados nutricionais
AC	3.231	2.106	65,2	2.106	2.078
AL	7.975	3.536	44,3	3.536	3.456
AM	10.043	4.020	40,0	4.020	3.958
AP	1.752	1.091	62,3	1.091	1.080
BA	42.451	26.552	62,5	26.552	26.088
CE	33.659	18.933	56,2	18.933	18.635
DF	1.114	162	14,5	162	158
ES	5.771	3.442	59,6	3.442	3.355
GO	9.239	5.432	58,8	5.432	5.263
MA	17.074	6.287	36,8	6.287	6.180
MG	32.663	21.072	64,5	21.072	20.343
MS	6.140	4.059	66,1	4.059	3.908
MT	5.709	4.006	70,2	4.006	3.873
PA	26.906	16.846	62,6	16.846	16.625
PB	13.487	8.563	63,5	8.563	8.337
PE	20.366	10.817	53,1	10.817	10.611
PI	9.128	4.397	48,2	4.397	4.335
PR	17.517	12.218	69,7	12.218	11.765
RJ	16.534	7.474	45,2	7.474	7.291
RN	8.573	4.817	56,2	4.817	4.701
RO	2.215	1.226	55,3	1.226	1.189
RR	2.062	1.430	69,4	1.430	1.406
RS	13.282	8.122	61,2	8.122	7.875
SC	5.231	3.717	71,1	3.717	3.579
SE	5.166	1.883	36,4	1.883	1.835
SP	55.816	23.927	42,9	23.927	22.967
TO	4.754	2.955	62,2	2.955	2.891
Brasil	377.858	209.090	55,3	209.090	203.782

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Ressalta-se, que mesmo com a melhora na quantidade de gestantes localizadas de gestantes, faz-se necessário ampliar os esforços, pelos estados e municípios, para captação de gestantes potencialmente beneficiárias.

Apesar do baixo percentual de descumprimento por falta de acesso ao pré-natal, observa-se um número considerável de gestantes em situação de pobreza e sem acesso a esta ação, cerca de 1.146 gestantes. Tal situação ilustra situação de risco às condições de saúde das mães e dos bebês. Ademais, analisando-se os dados municipais de descumprimento por falta de acesso ao pré-natal de gestantes, observa-se disparidade em determinados municípios. A tabela a seguir traz o ordenamento dos municípios com maior percentual de descumprimento em relação à falta de acesso ao pré-natal.

Tabela 6. Percentual de gestantes localizadas, em situação de descumprimento por falta de acesso ao pré-natal na 2ª vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF	Município	Qde de gestantes localizadas	Qde de gestantes com Pré-natal em dia	Qde de gestantes em situação de DESCUMPRIMENTO de pré-natal	% de gestantes em situação de DESCUMPRIMENTO de pré-natal
AC	Capixaba	61	54	7	11,48
AC	Marechal Thaumaturgo	131	116	15	11,45
AL	Mar Vermelho	9	8	1	11,11
BA	Antonio Cardoso	27	23	4	14,81
BA	Buerarema	36	31	5	13,89
BA	Lajedo do Tabocal	20	17	3	15,00
ES	Sao Roque do Canaa	3	2	1	33,33
GO	Campinacu	9	8	1	11,11
GO	Hidrolina	9	7	2	22,22
GO	Ipora	7	6	1	14,29
GO	Palmelo	6	5	1	16,67
GO	Santa Cruz de Goias	7	6	1	14,29
GO	Sao Francisco de Goias	18	16	2	11,11
MA	Moncao	92	69	23	25,00
MG	Caparaó	14	12	2	14,29
MG	Corrego do Bom Jesus	4	3	1	25,00
MG	Estrela do Sul	4	3	1	25,00
MG	Guarara	5	4	1	20,00
MG	Sao Joao do Manteninha	10	8	2	20,00
MG	Sao Joao do Oriente	13	11	2	15,38
MG	Tocos do Moji	5	4	1	20,00
MT	Araguaiana	8	7	1	12,50
MT	Bom Jesus do Araguaia	23	18	5	21,74
PA	Jacareacanga	10	9	1	10,00
PA	Salinópolis	146	125	21	14,38
PI	Bocaina	9	8	1	11,11
PI	Bom principio do Piauí	22	19	3	13,64
PI	Santa Filomena	9	5	4	44,44
PI	Sao Miguel do Fidalgo	8	7	1	12,50

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Cont. Tabela 6. Percentual de gestantes localizadas, em situação de descumprimento por falta de acesso ao pré-natal na 2ª vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF	Município	Qde de gestantes localizadas	Qde de gestantes com Pré-natal em dia	Qde de gestantes em situação de DESCUMPRIMENTO de pré-natal	% de gestantes em situação de DESCUMPRIMENTO de pré-natal
PR	Porto Rico	4	3	1	25,00
RJ	Seropédica	157	129	28	17,83
RN	Major Sales	9	8	1	11,11
RN	Pedra Preta	8	7	1	12,50
RN	Rafael Godeiro	5	2	3	60,00
RO	Nova Mamoré	70	59	11	15,71
RS	Acegua	3	2	1	33,33
RS	Alegria	10	9	1	10,00
RS	Esperança do Sul	3	2	1	33,33
RS	Faxinal do Soturno	10	9	1	10,00
RS	Garruchos	5	4	1	20,00
RS	Ilopolis	7	6	1	14,29
RS	Roca Sales	5	4	1	20,00
RS	Sao Jose dos Ausentes	5	4	1	20,00
RS	Sao Vicente do Sul	6	5	1	16,67
SC	Agrolândia	7	6	1	14,29
SC	Imarui	8	7	1	12,50
SC	Ita	5	4	1	20,00
SC	Paulo Lopes	3	2	1	33,33
SC	Presidente Castelo Branco	3	2	1	33,33
SP	Ilhabela	22	14	8	36,36
SP	Pedra Bela	10	9	1	10,00
TO	Novo Jardim	6	5	1	16,67

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

4 – Acompanhamentos de famílias indígenas inscritas no Programa Bolsa Família

O total de famílias indígenas a serem acompanhadas nas condicionalidades de saúde do PBF na 2ª vigência de 2016 foi de 100.153, das quais 75.569 (75,45%) foram acompanhadas (Tabela 07) em 961 municípios brasileiros. Neste período, foram identificadas 69.093 famílias indígenas aldeadas, das quais 52.086 foram acompanhadas (75,39%) e 31.060 famílias indígenas não aldeadas, das quais 23.483 foram acompanhadas (75,60%).

Em relação aos estados brasileiros, aqueles que apresentaram maiores percentuais de cobertura de acompanhamento das famílias indígenas na última vigência foram: Sergipe (90,79%), Paraíba (89,31%), Santa Catarina (88,95%), Minas Gerais (86,78%), Ceará (86,0%), Paraná (84,42%), Rio Grande do Sul (83,32%) e Amazonas (80,16%). Destaca-se o esforço do estado do

Amazonas que apresentou quase 30 mil famílias indígenas a serem acompanhadas e alcançou 80,16% de cobertura de acompanhamento.

Ao analisar os dados regionalizados, são observados maiores percentuais de cobertura do acompanhamento das condicionalidades de saúde de famílias indígenas nas Regiões Sul e Sudeste com 84,7% e 77,9%, respectivamente. As regiões com maior número absoluto de famílias indígenas a serem acompanhadas e acompanhadas foram o Norte e o Nordeste.

Tabela 07. Percentual de acompanhamento das condicionalidades de saúde de **famílias indígenas** (aldeadas e não aldeadas) do PBF por unidade federativa e macrorregião na 2ª vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF/Região	Famílias indígenas perfil saúde	Famílias indígenas acompanhadas	Cobertura de famílias indígenas acompanhadas
AC	3.100	2.254	72,71
AM	28.167	22.578	80,16
AP	710	473	66,62
PA	4.060	2.945	72,54
RO	1.418	1.035	72,99
RR	8.611	5.920	68,75
TO	2.037	1.537	75,45
Região Norte	48.103	36.742	76,38
AL	1.970	1.136	57,66
BA	4.577	3.352	73,24
CE	2.492	2.143	86,00
MA	4.486	2.671	59,54
PB	2.526	2.256	89,31
PE	7.096	5.633	79,38
PI	17	13	76,47
RN	283	234	82,69
SE	76	69	90,79
Região Nordeste	23.523	17.507	74,43
DF	27	5	18,52
GO	111	77	69,37
MS	11.698	8.367	71,53
MT	5.800	3.862	66,59
Região Centro Oeste	17.636	12.311	69,81
ES	244	154	63,11
MG	2.019	1.752	86,78
RJ	140	99	70,71
SP	783	478	61,05
Região Sudeste	3.186	2.483	77,93
PR	2.574	2.173	84,42
RS	3.746	3.121	83,32

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Cont. Tabela 07. Percentual de acompanhamento das condicionalidades de saúde de **famílias indígenas** (aldeadas e não aldeadas) do PBF por unidade federativa e macrorregião na 2ª vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF/Região	Famílias indígenas perfil saúde	Famílias indígenas acompanhadas	Cobertura de famílias indígenas acompanhadas
SC	1.385	1.232	88,95
Região Sul	7.705	6.526	84,70
Brasil	100.153	75.569	75,45

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

A tabela abaixo apresenta o desempenho do acompanhamento das condicionalidades de famílias indígenas aldeadas por estado. Nesse sentido, ressalta-se o estado do Amazonas com o maior número absoluto de famílias indígenas aldeadas para acompanhamento e com a cobertura de 80,55%.

Tabela 08. Percentual de acompanhamento das condicionalidades de saúde de **famílias indígenas aldeadas** do PBF por unidade federativa, na segunda vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF	Famílias aldeadas a serem acompanhadas	Famílias aldeadas acompanhadas	Percentual de acompanhamento das famílias aldeadas
AC	2.582	1.905	73,78
AL	1.182	564	47,72
AM	15.182	12.005	79,07
AP	658	449	68,24
BA	3.683	2.721	73,88
CE	933	793	84,99
DF	-	-	-
ES	221	140	63,35
GO	34	28	82,35
MA	4.009	2.374	59,22
MG	1.728	1.524	88,19
MS	9.798	7.131	72,78
MT	4.787	3.104	64,84
PA	3.477	2.507	72,10
PB	2.198	1.954	88,90
PE	4.441	3.511	79,06
PR	2.209	1.885	85,33
RJ	91	76	83,52
RN	-	-	-
RO	1.213	907	74,77
RR	4.140	3.084	74,49
RS	3.050	2.618	85,84
SC	1.056	955	90,44
SE	66	60	90,91
SP	478	387	80,96

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Cont. Tabela 08. Percentual de acompanhamento das condicionalidades de saúde de **famílias indígenas aldeadas** do PBF por unidade federativa, na segunda vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF	Famílias aldeadas a serem acompanhadas	Famílias aldeadas acompanhadas	Percentual de acompanhamento das famílias aldeadas
TO	1.877	1.404	74,80
Brasil	69.093	52.086	75,39

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

A tabela abaixo apresenta o desempenho do acompanhamento das condicionalidades de famílias indígenas aldeadas por Distrito Sanitário Especial Indígena. Nesse sentido, ressalta-se que 79,74% das famílias indígenas aldeadas acompanhadas apresentavam a informação do DSEI no Sistema de Gestão do PBF na Saúde.

Tabela 9. Número de **famílias indígenas aldeadas** acompanhadas nas condicionalidades de saúde do PBF por Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) na segunda vigência de 2016. Brasil, 2017.

DSEI	Quantidade de famílias indígenas aldeadas totalmente acompanhadas	Quantidade de crianças indígenas aldeadas com perfil saúde acompanhadas	Quantidade de gestantes indígenas aldeadas localizadas
Alagoas e Sergipe	434	255	22
Altamira	261	349	1
Alto Rio Juruá	1.249	1.922	98
Alto Rio Negro	929	921	37
Alto Rio Purus	608	991	33
Alto Rio Solimões	6.129	7.457	415
Amapá e Norte do Pará	71	72	5
Araguaia	254	294	4
Bahia	2.024	1.647	52
Ceará	404	264	17
Cuiabá	677	748	30
Guamá Tocantins	385	393	21
Interior Sul	2.547	2.148	109
Kaiapó do Mato Grosso	102	138	1
Kaiapó do Pará	484	489	5
Leste de Roraima	2.573	3.187	156
Litoral Sul	775	750	75
Manaus	612	708	9
Maranhão	2.160	2.490	76
Mato Grosso do Sul	5.635	5.130	320
Médio Rio Purus	335	470	7
Médio Rio Solimões	261	388	23
Minas Gerais e Espírito Santo	545	579	28
Parintins	1.274	1.474	14
Pernambuco	2.381	1.845	58

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Cont. Tabela 9. Número de famílias indígenas aldeadas acompanhadas nas condicionalidades de saúde do PBF por Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) na segunda vigência de 2016. Brasil, 2017.

DSEI	Quantidade de famílias indígenas aldeadas totalmente acompanhadas	Quantidade de crianças indígenas aldeadas com perfil saúde acompanhadas	Quantidade de gestantes indígenas aldeadas localizadas
Porto Velho	282	261	4
Potiguara	1.767	1.398	21
Rio Tapajós	1.104	1.340	8
Tocantins	742	932	45
Vale do Rio Javari	425	429	7
Vilhena	175	196	9
Xavante	936	1.252	39
Xingu	530	657	8
Yanomami	185	214	2
Brasil	39.255	41.788	1.759

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Em relação ao acompanhamento de crianças indígenas na segunda vigência de 2016 (Tabela 10), ao considerar todas as crianças indígenas (aldeadas e não aldeadas), foram acompanhadas 73.833 (74,23%) do total de 99.461 crianças indígenas a serem acompanhadas, das quais 99,36% estavam com o calendário vacinal em dia e 93,54% tiveram dados nutricionais coletados. Além de constituir como condicionalidade de saúde do PBF, o acompanhamento nutricional das crianças é imprescindível para a vigilância nutricional e qualifica a atenção à saúde, além de subsidiar ações de saúde com foco nos grupos mais vulneráveis.

Ao considerar crianças indígenas aldeadas, destaca-se que das 71.574 crianças a serem acompanhadas, 53.364 foram totalmente acompanhadas pela saúde, 74,55% de cobertura. Em relação às crianças indígenas não aldeadas, foram identificadas 27.887 crianças a serem acompanhadas, das quais 20.469 foram acompanhadas pelo serviço de saúde, 73,39% de cobertura.

Tabela 10. Percentual de acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF de crianças indígenas (aldeadas e não aldeadas) por unidade federativa na 2ª vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF/Região	Quantidade de crianças indígenas com perfil saúde	Quantidade de crianças indígenas acompanhadas	Cobertura de crianças indígenas acompanhadas	Número de crianças indígenas com vacinação em dia	Número de crianças indígenas com dados nutricionais
AC	4.489	3.355	74,74	3.338	3.305
AM	30.125	23.965	79,55	23.842	23.558
AP	713	484	67,88	484	482
PA	4.514	3.328	73,73	3.289	2.921

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Cont. Tabela 10. Percentual de acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF de crianças indígenas (aldeadas e não aldeadas) por unidade federativa na 2ª vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF/Região	Quantidade de crianças indígenas com perfil saúde	Quantidade de crianças indígenas acompanhadas	Cobertura de crianças indígenas acompanhadas	Número de crianças indígenas com vacinação em dia	Número de crianças indígenas com dados nutricionais
RO	1.457	1.047	71,86	1.046	1.038
RR	9.591	6.629	69,12	6.610	6.230
TO	2.493	1.943	77,94	1.935	1.811
Região Norte	53.382	40.751	76,34	40.544	39.345
AL	1.426	768	53,86	764	677
BA	3.723	2.687	72,17	2.672	2.390
CE	1.607	1.297	80,71	1.294	1.116
MA	5.076	2.978	58,67	2.959	2.800
PB	1.936	1.689	87,24	1.597	1.355
PE	5.057	3.928	77,67	3.924	2.809
PI	5	5	100,00	5	5
RN	229	189	82,53	189	173
SE	37	34	91,89	34	34
Região Nordeste	19.096	13.575	71,09	13.438	11.359
DF	27	5	18,52	5	4
GO	108	69	63,89	67	57
MS	10.330	7.163	69,34	7.061	6.940
MT	7.037	4.582	65,11	4.575	4.403
Região Centro Oeste	17.502	11.819	67,53	11.708	11.404
ES	225	150	66,67	150	148
MG	1.812	1.556	85,87	1.555	1.516
RJ	148	110	74,32	110	108
SP	827	459	55,50	457	209
Região Sudeste	3.012	2.275	75,53	2.272	1.981
PR	2.207	1.888	85,55	1.880	1.842
RS	3.097	2.521	81,40	2.515	2.190
SC	1.165	1.004	86,18	1.000	940
Região Sul	6.469	5.413	83,68	5.395	4.972
Brasil	99.461	73.833	74,23	73.357	69.061

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Na segunda vigência de 2016, foram localizadas 4.060 gestantes indígenas (aldeadas e não aldeadas), das quais 99,41% estavam com o pré-natal em dia e 95,54% tiveram dados nutricionais coletados. Neste período, foram localizadas 2.739 gestantes indígenas aldeadas (99,23% estavam com o pré-natal em dia e 95,98% tiveram dados nutricionais coletados) e 1.321 gestantes indígenas

não aldeadas (99,77% estavam com o pré-natal em dia e 94,63% tiveram dados nutricionais coletados).

5 – Acompanhamento de famílias quilombolas inscritas no Programa Bolsa Família

O total de famílias residentes em comunidades quilombolas a serem acompanhadas nas condicionalidades de saúde do PBF na 2ª vigência de 2016 foi de 91.363, das quais 75.032 (82,12%) foram acompanhadas (Tabela 11). Em relação aos estados brasileiros, aqueles que apresentaram maiores percentuais de cobertura de acompanhamento das famílias quilombolas na última vigência foram: Amazonas (94,6%), Santa Catarina (91,1%), Pernambuco (90,6%), Alagoas (87,2%), Rio Grande do Norte (87,0%), Minas Gerais (86,8%), Ceará (86,5%) e Tocantins (86,2%).

Ressalta-se ainda o esforço dos estados da Bahia e do Maranhão que apresentam mais de 20 mil famílias quilombolas a serem acompanhadas e alcançaram 84,2% e 78,8% de cobertura de acompanhamento respectivamente. Ao analisar os dados regionalizados, observa-se o maior percentual de cobertura nas regiões Sudeste (84,4%) e Nordeste (83,0%) de acompanhamento das condicionalidades de saúde de famílias quilombolas. As regiões com maior número absoluto de famílias quilombolas a serem acompanhadas e acompanhadas foram o Nordeste (66.376) e o Norte (11.240).

Tabela 11. Percentual de acompanhamento das condicionalidades de saúde de famílias quilombolas do PBF por unidade federativa e macrorregião na 2ª vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF	Famílias quilombolas a serem acompanhadas	Famílias quilombolas acompanhadas	Percentual de acompanhamento
AC	0	0	0,0
AM	278	263	94,6
AP	368	257	69,8
PA	9.728	7.697	79,1
RO	124	96	77,4
RR	3	1	33,3
TO	739	637	86,2
Região Norte	11.240	8.951	79,6
AL	3.332	2.904	87,2
BA	24.201	20.379	84,2
CE	1.336	1.156	86,5
MA	22.855	18.019	78,8
PB	2.044	1.706	83,5
PE	6.154	5.577	90,6
PI	3.066	2.590	84,5

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Cont. Tabela 11. Percentual de acompanhamento das condicionalidades de saúde de famílias quilombolas do PBF por unidade federativa e macrorregião na 2ª vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF	Famílias quilombolas a serem acompanhadas	Famílias quilombolas acompanhadas	Percentual de acompanhamento
RN	1.072	933	87,0
SE	2.316	1.807	78,0
Região Nordeste	66.376	55.071	83,0
ES	468	365	78,0
MG	6.445	5.593	86,8
RJ	733	510	69,6
SP	765	631	82,5
Região Sudeste	8.411	7.099	84,4
DF	5	4	80,0
GO	2.593	1.891	72,9
MS	234	173	73,9
MT	681	419	61,5
Região Centro-Oeste	3.513	2.487	70,8
PR	661	510	77,2
RS	1.072	832	77,6
SC	90	82	91,1
Região Sul	1.823	1.424	78,1
BRASIL	91.363	75.032	82,1

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Em relação ao acompanhamento de crianças quilombolas na segunda vigência de 2016 (Tabela 12), foram acompanhadas 47.179 (79,78%) do total de 59.140 crianças quilombolas a serem acompanhadas, das quais 99,24% estavam com o calendário vacinal em dia e 91,32% tiveram dados nutricionais coletados.

Tabela 12. Percentual de acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF de crianças quilombolas por unidade federativa na 2ª vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF	Crianças quilombolas a serem acompanhadas	Crianças quilombolas acompanhadas	Percentual de acompanhamento de crianças quilombolas	Crianças quilombolas com vacinação em dia	Crianças quilombolas com dados nutricionais coletados
AC	0	0	0,0	0	0
AM	260	250	96,2	250	235
AP	303	204	67,3	199	187
PA	7.128	5.525	77,5	5.439	5.255
RO	74	58	78,4	58	58
RR	1	0	0,0	0	0
TO	508	438	86,2	434	433
Região Norte	8.274	6.475	78,3	6.380	6.168

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Cont. Tabela 12. Percentual de acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF de **crianças quilombolas** por unidade federativa na 2ª vigência de 2016. Brasil, 2017.

UF	Crianças quilombolas a serem acompanhadas	Crianças quilombolas acompanhadas	Percentual de acompanhamento de crianças quilombolas	Crianças quilombolas com vacinação em dia	Crianças quilombolas com dados nutricionais coletados
AL	2.142	1.838	85,8	1.823	1.702
BA	13.916	11.376	81,7	11.325	10.457
CE	717	597	83,3	597	563
MA	15.807	12.161	76,9	12.027	11.024
PB	1.390	1.158	83,3	1.156	1.065
PE	3.849	3.459	89,9	3.446	2565
PI	1.972	1.614	81,8	1.608	1.536
RN	712	625	87,8	623	573
SE	1.376	988	71,8	987	953
Região Nordeste	41.881	33.816	80,7	33.592	30.438
ES	296	228	77,0	228	214
MG	4.025	3.428	85,2	3.426	3.233
RJ	494	322	65,2	304	245
SP	458	361	78,8	359	346
Região Sudeste	5.273	4.339	82,3	4.317	4.038
DF	4	3	75,0	3	3
GO	1.990	1.366	68,6	1.358	1.321
MS	134	93	69,4	92	88
MT	464	256	55,2	256	256
Região Centro-Oeste	2.592	1.718	66,3	1.709	1.668
PR	474	346	73,0	344	313
RS	595	438	73,6	433	411
SC	51	47	92,2	46	46
Região Sul	1.120	831	74,2	823	770
BRASIL	59.140	47.179	79,78	46.821	43.082

Fonte: MINISTÉRIO da SAÚDE/DATASUS/Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde.

Na segunda vigência de 2016, foram localizadas 2.805 gestantes quilombolas, das quais 99,39% estavam com o pré-natal em dia e 94,55% tiveram dados nutricionais coletados. Faz-se necessário ampliar também o esforço na captação das gestantes quilombolas, assim como gestantes indígenas, a fim de garantir a captação precoce e o acesso ao serviço de saúde, bem como a concessão do BVG.

O BVG reforça o papel do SUS na intersetorialidade e o compromisso com a erradicação da miséria e oportuniza a captação precoce das gestantes pelo serviço para a realização do pré-natal, considerando que, quanto antes for informado à ocorrência da gestação, antes a família receberá o

benefício. Assim, recomenda-se o desenvolvimento e implementação de estratégias de comunicação para mobilização dos profissionais de saúde para captação precoce e busca ativa às gestantes do PBF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família é uma importante estratégia de focalização das ações universais de saúde para a parcela mais vulnerável da população, assegurando o exercício do princípio da equidade no SUS.

Ao longo dos anos, diversas pesquisas evidenciam melhorias nas condições de saúde das famílias do PBF acompanhadas pela saúde. Seguem abaixo alguns dos achados científicos:

- Gestantes do PBF realizam mais consultas de pré-natal e recebem mais orientações com relação ao aleitamento materno exclusivo até os 6 meses;
- Maior percentual de nascimentos a termo entre as crianças do PBF;
- Consultas de puericultura são mais frequentes entre as crianças do PBF;
- Diminuição da mortalidade por desnutrição e diarreia nas crianças do PBF;
- Incremento na altura média nas crianças do PBF;
- Diminuição da desnutrição crônica e do excesso de nas crianças do PBF.

No entanto, verifica-se que ainda existem importantes desafios na gestão do acompanhamento das condicionalidades de saúde no âmbito do SUS. Embora tenha ocorrido um avanço considerável no acompanhamento das famílias e de gestantes ao longo do acompanhamento do programa.

Em 2016, 26,98% das famílias a serem acompanhadas, (totalizando 3.172.747 famílias), ainda permanecem sem registro de acompanhamento no sistema de gestão e não há informação se, de alguma outra forma, essas famílias tiveram acesso às ações e serviços de saúde. **É urgente a necessidade da melhoria na cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde na maioria dos municípios, em especial as capitais e municípios de grande porte citados na Tabela 2.**

O descumprimento das condicionalidades de saúde, também é um importante desafio a ser superado. Observa-se que houve uma redução de 10.707 das crianças acompanhadas pela saúde que estavam com o calendário vacinal desatualizado da 1ª vigência para a 2ª vigência de 2016. Porém, mesmo assim, na 2ª vigência de 2016, 49.523 (0,94%) crianças estavam com o calendário vacinal desatualizado, e 1.146 gestantes localizadas (0,30%) não realizaram o acompanhamento de pré-natal.

Ressalta-se que as famílias que se encontram em descumprimento das condicionalidades estão em uma situação de maior vulnerabilidade social e susceptibilidade em relação às outras e podem ter o seu benefício bloqueado ou cancelado em função do descumprimento, agravando a sua situação. Por isso, essas famílias merecem atenção especial do poder público. Nesses casos, recomenda-se a articulação estreita dos Coordenadores Municipais do PBF na Saúde e da Assistência Social com o intuito de identificar os motivos do descumprimento das condicionalidades e possibilitar a interposição de recurso por parte da família, sendo que a situação mais crítica refere-se às famílias que estão com o maior número de suspensões recebidas.

A adoção de estratégias de fortalecimento da gestão do programa por meio do reforço à interlocução intersetorial nos estados e municípios; o estímulo à busca ativa às famílias em situação de vulnerabilidade grave e o investimento na oferta de dispositivos de educação permanente para qualificação e formação de trabalhadores de saúde são algumas das estratégias que devem ser utilizadas pelos municípios tanto para localização das famílias em descumprimento das condicionalidades quanto para a melhoria da cobertura de acompanhamento.

Por fim, em função da oportunidade conferida pelo acompanhamento das condicionalidades para com o cuidado integral das gestantes e crianças, definem-se como prioridades para a gestão do PBF na Saúde em 2017:

- **Melhoria na cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde;**
- **Busca ativa das famílias não acompanhadas na vigência anterior;**
- Busca ativa das gestantes para elegibilidade quanto ao BVG;
- Investigação e redução dos casos de descumprimento de condicionalidades com qualificação da lista de motivos de descumprimento;
- Reforço à vigilância nutricional das famílias;
- Aconselhamento Nutricional nos casos de desnutrição e excesso de peso;
- Realização de ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável;

- Priorização das ações de prevenção de deficiências nutricionais específicas às crianças e gestantes;
- Ampliação do debate intersetorial entre as redes de saúde, socioassistencial, de educação e de segurança alimentar e nutricional, a respeito das informações coletadas no acompanhamento das condicionalidades de saúde com vistas a identificar vulnerabilidades durante o acompanhamento e oportunizar o encaminhamento aos serviços de referência socioassistenciais.

A Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição coloca-se à disposição para mais esclarecimentos através do email bfasaude@saude.gov.br.



MICHELE LESSA DE OLIVEIRA
Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição